

HABEAS CORPUS Nº 520.933 - SP (2019/0203535-3)

RELATOR : **MINISTRO JORGE MUSSI**
IMPETRANTE : RODRIGO BISPO SOUZA
ADVOGADO : RODRIGO BISPO SOUZA - SP397527
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : LUIZ EDUARDO SANTOS PEREIRA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de LUIZ EDUARDO SANTOS PEREIRA, apontando como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO no julgamento do HC n. 2276193-14.2018.8.26.0000.

Noticiam os autos que o paciente foi condenado, pela prática dos crimes previstos nos arts. 157, § 2º, I e II e 180, *caput*, c/c o art. 29, na forma do art. 69, todos do Código Penal, às penas de 6 (seis) anos e 4 (quatro) meses de reclusão, em regime inicial fechado, e 23 (vinte e três) dias-multa, mantendo-se a segregação cautelar no decreto condenatório.

O *writ* impetrado na origem foi denegado (e-STJ fls. 21-25).

Nesta via, sustenta o impetrante, em síntese, a ausência de fundamentação idônea apta a justificar a segregação cautelar imposta ao paciente, reputando não atendidos os requisitos autorizadores da medida extrema, insculpidos no art. 312 do Código de Processo Penal.

Alega a configuração de excesso de prazo da prisão preventiva, em razão de encontrar-se preso há 12 (doze) meses e 2 (dois) dias sem sentença transitada em julgado, a delinear antecipação indevida de cumprimento de pena.

Requer a revogação da prisão preventiva do paciente (e-STJ fls. 3-7).

A liminar foi indeferida (e-STJ fls. 40-41).

Prestadas as informações (e-STJ fls. 48-64), o Ministério Público Federal manifestou-se pela denegação do *writ* (e-STJ fls. 66-68).

É o relatório.

Cumpre pontuar, inicialmente, que esta Corte Superior de Justiça não mais admite a utilização do *habeas corpus* em substituição ao recurso cabível, como ocorre na hipótese, circunstância que impede o seu formal conhecimento.

No entanto, o alegado constrangimento ilegal será analisado para a verificação da eventual possibilidade de atuação *ex officio*, nos termos do art. 654, § 2º, do Código de Processo Penal.

Inicialmente, no que se refere à alegada configuração de excesso de prazo da segregação cautelar, verifica-se que a matéria não foi alvo de deliberação pela autoridade impetrada no aresto impugnado, circunstância que impede qualquer manifestação deste Sodalício sobre o tópico, sob pena de se configurar a prestação jurisdicional em indevida supressão de instância.

A propósito:

PROCESSO PENAL. RECURSO EM HABEAS CORPUS. MÉRITO NÃO ANALISADO PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. FLAGRANTE ILEGALIDADE. RECURSO NÃO CONHECIDO. HABEAS CORPUS CONCEDIDO, DE OFÍCIO.

1. As questões relacionadas à possibilidade de apelar em liberdade e ao regime prisional não foram analisadas pelo acórdão impugnado, o que impede o seu conhecimento por esta Corte, sob pena de indevida supressão de instância. [...]

3. Recurso não conhecido. Habeas corpus concedido, de ofício, para determinar que o Tribunal de origem analise o mérito da impetração originária.

(RHC 111.538/SP, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 21/05/2019, DJe 27/05/2019)

PENAL E PROCESSUAL PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS. NEGATIVA DO DIREITO DE RECORRER EM LIBERDADE. REITERAÇÃO DE PEDIDO. FIXAÇÃO DE REGIME FECHADO. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. AUSÊNCIA DE ILEGALIDADE FLAGRANTE. [...]

2. O Tribunal de origem não apreciou eventual ilegalidade na fixação do regime fechado em razão da existência de recurso de apelação já interposto pela defesa. Fica obstado, portanto, o exame da questão diretamente pelo Superior Tribunal de Justiça, sobrepujando a competência da Corte estadual, sob pena de se incorrer em indevida supressão de instância e em violação dos princípios do duplo grau de jurisdição e do devido processo legal. [...]

4. Agravo regimental desprovido.

(AgRg no HC 508.457/SP, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 30/05/2019, DJe 10/06/2019)

O Tribunal *a quo*, no acórdão que denegou o *habeas corpus*, asseverou (e-STJ fl. 23-25):

[...] O paciente LUIZ EDUARDO SANTOS PEREIRA e o corréu Wallace machado de Andrade foram condenados porque no dia 08 de julho de 2018, por volta das 15:00 horas, na Cidade e Comarca de São Paulo, na companhia de outros dois indivíduos não identificados, subtraíram, em proveito de todos, mediante grave ameaça exercida com simulação de estarem armados, o veículo Audi/A3, de placas FCJ-1414 e os bens que estavam em seu interior, todos pertencentes à Andre Luis Teixeira.

Consta ainda que, entre os dias 08 e 09 de julho de 2018, os réus receberam, transportavam e conduziram o veículo Renault/Clio, de placas DIP-7085, coisa que sabiam

tratar-se de produto de roubo.

Vencida esta questão, examinando-se os autos, verifica-se que o paciente respondeu ao processo preso e com a superveniência da sentença condenatória, sua custódia cautelar com mais razão deve ser mantida.

Portanto, não se vislumbra constrangimento ilegal a recair sobre o paciente.

Extrai-se, ainda, da sentença condenatória o seguinte excerto (e-STJ fl. 16):

[...] O regime inicial de cumprimento de pena a ambos é o fechado, pelo patamar da pena alcançado aliado à presença de circunstâncias judiciais desfavoráveis, de forma que não poderão apelar desta em liberdade, por serem desprovidos daqueles valores voltados ao convívio social em harmonia, condenados que foram pela prática de dois delitos patrimoniais em curtíssimo espaço de tempo, a evidenciar absoluta tendência a práticas delitivas.

No que tange à aventada inidoneidade e à insuficiência de fundamentação para o indeferimento do recurso em liberdade, cumpre destacar que, segundo entendimento firmado pela jurisprudência deste Tribunal Superior, não há ilegalidade na manutenção da prisão cautelar do sentenciado que permaneceu preso durante toda a instrução criminal quando persistem os motivos da segregação, como ocorre *in casu*.

De fato, a imposição da custódia preventiva encontra-se suficientemente fundamentada, em face das circunstâncias do caso, que, pelas características delineadas, indicam a necessidade de sua segregação para a garantia da ordem pública.

Assim, não há como entender pela existência de coação ilegal a ser reparada, até porque o Tribunal *a quo* entendeu adequado mantê-lo segregado sob a motivação, em suma, de que, tendo motivadamente permanecido preso durante toda a instrução, após a condenação, não se vislumbraram razões a justificar que, solto, aguardasse o trânsito em julgado da sentença, entendimento que retrata a jurisprudência consolidada pelos julgados desta Corte Especial.

Com efeito, nas hipóteses em que o acusado permaneceu preso durante toda a instrução criminal, a exigência de fundamentação exaustiva e a possibilidade do recurso em liberdade, de acordo com a jurisprudência pátria, devem ser avaliadas com prudência, pois mostra-se incongruente manter o acusado preso durante a instrução e, após a sua condenação, quando devidamente reconhecida a sua culpabilidade e preservado o quadro fático-processual decorrente da custódia cautelar, assegurar-lhe a liberdade.

A propósito:

HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. ROUBO CIRCUNSTANCIADO. NEGATIVA DO DIREITO DE APELAR EM LIBERDADE. RÉU PRESO EM FLAGRANTE E QUE

ASSIM PERMANECEU DURANTE A INSTRUÇÃO. PRISÃO PREVENTIVA FUNDAMENTADA. RECEIO DE REITERAÇÃO DELITIVA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO. INSUFICIÊNCIA. ORDEM DE HABEAS CORPUS DENEGADA.

1. A manutenção da custódia cautelar no momento da sentença condenatória, nos casos em que o Acusado permaneceu preso durante toda a instrução criminal, não requer fundamentação exaustiva, sendo suficiente ao entendimento de que permanecem inalterados os motivos que levaram à decretação da medida extrema em um primeiro momento, desde que estejam, de fato, preenchidos os requisitos legais do art. 312 do Código de Processo Penal. Precedentes. [...]

5. Ordem de habeas corpus denegada.

(HC 475.793/PR, Rel. Ministra LAURITA VAZ, SEXTA TURMA, julgado em 21/02/2019, DJe 11/03/2019)

RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE ENTORPECENTES. CONDENATÓRIA. NEGADO O DIREITO A RECORRER EM LIBERDADE. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. PERICULOSIDADE DO AGENTE. REINCIDÊNCIA. REITERAÇÃO DELITIVA. NECESSIDADE DE GARANTIR A ORDEM PÚBLICA. RÉU QUE PERMANECEU PRESO DURANTE A INSTRUÇÃO DO PROCESSO. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA. MEDIDAS CAUTELARES ALTERNATIVAS. INSUFICIÊNCIA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO EVIDENCIADO. RECURSO DESPROVIDO. [...]

3. Tendo o paciente permanecido preso durante toda a instrução processual, não deve ser permitido recorrer em liberdade, especialmente porque, inalteradas as circunstâncias que justificaram a custódia, não se mostra adequada a soltura dele depois da condenação em Juízo de primeiro grau. [...]

6. Recurso ordinário desprovido.

(RHC 101.227/CE, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, julgado em 19/02/2019, DJe 26/02/2019)

Ante o exposto, por se afigurar manifestamente inadmissível, com fundamento no art. 34, XX, do Regimento Interno deste Superior Tribunal, **não se conhece do habeas corpus.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRO JORGE MUSSI

Relator